

**MOVIMENTO ESTUDANTIL:
Uma comparação do “tradicional” movimento estudantil e as ocupações das escolas em
2015**

Lucca Amaral Tori¹

Luana Hanaê Gabriel Homma²

“Estudantes pelos Estudantes”; “Estudantes fizeram mais um ato grande e autônomo, mostrando que a cidade vai parar se o governador não parar”; “Umes chegou com carro de som tentando liderar a manifestação e decidir eles mesmos o trajeto, porém, perderam a legitimidade quando foi feita uma assembleia autônoma e horizontal mostrando que a luta é dos estudantes pelos estudantes”; “Sem carro de som e sem bandeiras da Umes, Une ou Ubes, mais de mil estudantes marcharam na Paulista sentido Brigadeiro”. Todas essas frases citadas foram retiradas de uma postagem da página do Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S.) do Facebook (apud. MEDEIROS, et. al, 2016) no dia 09/10/15 pouco antes do início do movimento de ocupações de escolas de ensino médio em São Paulo.

Uma versão de Funk da dupla MC Foice e Martelo também “bombou” por diversas redes sociais, chegando em quase todas as ocupações, tornando-se uma espécie de hino entre os estudantes, e em determinada parte da música o MC Foice diz: “Estudante tudo zica, mano, só luta autônoma organizada, nós têm que incentivar essa porra, tio” (apud. MEDEIROS, et.al, 2016). Em uma entrevista feita por Medeiros, M. Campos e M. Ribeiro um aluno também diz:

“(…) então vendo a importância também da gente se organizar os estudantes pelos estudantes, sem movimento, sem partido, a gente vendo essa necessidade também da luta da gente não ter uma pessoa que falava ‘ó, isso que vocês vão fazer’, pelo contrário: todo mundo decidindo o que a gente iria fazer” (MEDEIROS, et. al, 2016, p.85).

Podemos ver a partir dessas citações de alunos que ocuparam suas escolas em 2015, e a partir do que foi perceptível nas mais variadas ocupações, alguns pontos em comum, relacionados com a não confiança em Partidos Políticos e Instituições de movimentos tradicionais; à necessidade de uma luta autônoma e sem hierarquias; o uso de táticas como assembleias para garantir a horizontalidade e uso constante das redes sociais virtuais.

¹ Mestrando no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades no Centro Diversitas (FFLCH-USP). Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livres da UFABC (Lab Livre/UFABC) - Contato: lucca.tori@gmail.com

² Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Pesquisadora do Laboratório de Tecnologias Livres da UFABC (Lab Livre/UFABC) - Contato: luana.homma@ufabc.edu.br

Esse tipo de movimento começou a aparecer mais fortemente a partir das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, que tiveram influência nas ocupações de 2015 (ORTELLADO, 2016). Também é possível traçar semelhanças com os movimentos pelo mundo a partir de 2010, como os analisados por Castells (2013).

Este trabalho se orienta na busca pela compreensão das principais mudanças ocorridas nos movimentos estudantis no Brasil, em relação às suas organizações, às bandeiras levantadas, os atores e as relações com outros grupos e instituições, como os partidos políticos. Parte-se, para tal, dos ciclos dos movimentos estudantis classificados por Gohn (2017a), (sendo os três primeiros tratados na primeira parte do trabalho, e os quatro últimos na segunda parte):

- 1º: anos 1960 – revoltas e passeatas;
- 2º: a partir de 1975 – tensão entre militares e forças democratizantes;
- 3º: década de 1980 – conjuntura do Movimento de Anistia e Diretas Já – campanhas de participação popular na Constituinte;
- 4º: Caras Pintadas; Mudanças no Movimento estudantil e certa percepção de enfraquecimento.
- 5º: ocupações de reitorias durante anos 2007 – 2008;
- 6º: reorganização de profissionais da educação - demandas para além do salário – não mais tão voltadas com sindicatos;
- 7º: Ocupações secundaristas a partir de 2015.

Movimento Social “Tradicional”: o caso do movimento estudantil

A organização do movimento estudantil se deu na segunda metade dos anos 1930, com a fundação da União Nacional dos Estudantes, e eclodiu nos anos 1960. Antes disso já se pode verificar a atuação dos jovens estudantes nas questões políticas do país, desde 1710, com a invasão francesa no Rio de Janeiro, quando estudantes se colocaram contra os invasores (POERNER, 2004). Os estudantes também se envolveram em diversas manifestações envolvendo a política nacional e local, como, por exemplo, com as campanhas abolicionistas e republicanas, e, em São Paulo, o Movimento Constitucionalista de 1932 (POERNER, 2004).

Fundada em 1937, a UNE (União Nacional dos Estudantes) passa a organizar a nível nacional os estudantes universitários e secundaristas. A primeira diretoria da UNE, eleita em 1938, no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, era composta por:

presidente – o gaúcho Valdir Ramos Borges (...); vice-presidente – Armando Calil, do Centro Acadêmico de Direito do Paraná; 2º vice-presidente – César Barbosa Filho, do Centro Acadêmico XI de Agosto; 3º vice-presidente – Newton Pimentel, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Recife; secretário-geral – Antônio Franca; 1º secretário (de Relações Internacionais) – Clotilde Cavalcanti, da Casa do Estudante do Brasil; 2º secretário (de Relações Nacionais) – Américo Reis, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia; e tesoureiro – Wagner Cavalcanti, do Caco. (POERNER, 2004, p.130)

Em 1948 é fundada a UNES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas), representando os estudantes de ensino médio e fundamental reunindo posteriormente estudantes de ensino técnico, profissionalizante e pré-vestibular (SCHMITT, 2011). No congresso seguinte foi aprovada a mudança de nome da organização de UNES para UBES, uma vez que se tinham grandes confusões entre a entidade dos estudantes secundaristas e a UNE (POERNER, 2004). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), tem papel forte tanto na criação como na direção da UBES até o início dos anos 1960, (POERNER, 2004),

Diversos movimentos se dão antes dos anos 1960, como a campanha O Petróleo é nosso, com forte participação dos estudantes da UNE e da UBES e, em 1956 “A revolta dos bondes” (POERNER, 2004). Esta foi uma campanha de paralisação organizada pelos estudantes com apoio dos operários frente a uma proposta de aumento no preço das passagens de bonde (o meio de transporte mais utilizado pelos estudantes). É neste período que se inicia o 1º ciclo de lutas estudantis trazidos por Gohn (2017a), marcado por passeatas e revoltas mais gerais.

A UNE cria ainda o Centro Popular de Cultura – CPC, importante movimento cultural reunindo artistas, estudantes e outros interessados no desenvolvimento de uma cultura popular no Brasil e para o Brasil, buscando difundir as produções entre as classes trabalhadoras (MANFREDI, 1981). Entre suas atividades contam com montagens de peças de teatro em universidades, escolas, sindicatos, praça pública, como *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, produções de filmes como o longa-metragem *Cinco vezes favela*, composto de cinco partes dirigidas por membros do CPC, produção de shows e discos, publicação de livros, entre outras atividades (BERLINCK, 1984). É importante ressaltar que,

segundo Schmitt (2011), os CPCs contaram com a forte participação dos estudantes secundaristas.

Durante o regime da ditadura militar, que se instituiu em 1964, com o golpe dado no presidente João Goulart, a organização dos estudantes encontra momentos de força, mas também de dificuldades, haja vista a forte repressão e exílio de líderes de movimentos sociais. No entanto, os estudantes seguiram atuando, debatendo questões concernentes ao ensino e às questões sociais, políticas e econômicas no geral, tanto em relação ao governo militar, quanto em relação às denúncias ao imperialismo (o que se evidenciou na própria Tese da UNE de 1967) (SANFELICE, 2015).

Seis meses depois do golpe militar é aprovada a Lei Suplicy (Lei nº 4.464/1964), que buscava vincular o movimento estudantil a demandas estritamente ligadas às instituições de ensino e pessoas que lá trabalham e estudam. Neste sentido, reestrutura as organizações estudantis, instituindo, no lugar da UNE, o Diretório Nacional dos Estudantes, e Diretórios Estaduais no lugar das Uniões Estaduais (POERNER, 2004). Tais diretórios, regulamentados por regras não consultadas pelos estudantes, não respeitavam o direito dos movimentos estudantis a terem sua autonomia reconhecida, submetendo-se diretamente ao Ministério da Educação (POERNER, 2004).

A maior força destes movimentos se dá, no entanto, em 1968. Em todo o mundo jovens se organizam e se manifestam. Na França e nos Estados Unidos, por exemplo, estudantes protestavam nas ruas, tendo se unido a eles outros movimentos, como de operários, feministas e o movimento negro. Da mesma forma, no Brasil, os estudantes se organizam e se manifestam frente à uma violenta ditadura militar.

A morte do estudante secundarista Edson Luís é um marco para o movimento estudantil neste ano de 1968. Em um protesto contra os aumentos nos preços do restaurante Calabouço, onde, pelo baixo custo, muitos estudantes realizavam suas refeições, Edson Luís, de 17 anos, foi assassinado. Seu corpo foi carregado pelos estudantes até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde ficou protegido por outros estudantes (que temiam que, como outros desde o golpe de 1964, seu corpo sumisse) e rodeado de placas com palavras de ordem. A saída de seu corpo para enterro foi descrita por muitos como digna de um grande herói nacional, com chuva de

pétalas e milhares de pessoas entoando o Hino Nacional, enquanto caminhavam por volta de seis quilômetros com seu caixão em mãos. No cemitério, quando o corpo desce a sepultura, as 50 mil presentes pessoas declaram que “Neste luto, começou a luta” (POERNER, 2004).

Em 1968 é instituído o Ato Institucional nº5, o AI-5, que reforça o caráter repressivo do regime ditatorial, instituindo maior poder ao poder Executivo, inclusive o de suspensão de direitos políticos (art.4º) e de direito a habeas corpus para “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (art.10). Neste sentido, diversos movimentos sociais mostram-se contrários a tal imposição, sendo postos na ilegalidade e duramente reprimidos. No mesmo ano os estudantes organizam um congresso na pequena cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, sendo os quase mil estudantes congressistas presos após denúncias de residentes no município, que perceberam a grande movimentação na pequena cidade (POERNER, 2004). Assim, os estudantes ainda tentaram organizar outros congressos, mas com a forte repressão e constante prisão de seus dirigentes eleitos as tentativas foram esmorecendo (POERNER, 2004).

Em 1971 o Decreto 68.065/1971 regulamenta a instituição da educação moral e cívica nas escolas, inserindo ainda a organização de centros cívicos em cada escola. Os grêmios foram fechados, e os estudantes deveriam se organizar em tais centros, estando sob supervisão de um professor orientador, selecionado pelo diretor da escola, atrelando a organização estudantil aos interesses do governo militar (SCHMITT, 2011).

A partir do ano de 1975 começa o 2º ciclo de mobilizações estudantis colocados por Gohn (2017a), nesse período percebemos uma maior intensificação de embates entre os militares e as forças mais democratizantes. Os estudantes continuam se mobilizando em atos e manifestações pontuais, até que em 1979 é realizado um novo Congresso da UNE, em Salvador, que apesar de ainda ser considerado pelo regime militar um movimento ilegal, não sofre repressões. O contexto do período estava bastante favorável ao movimento, uma vez que o crescente descontentamento com o regime militar alimentava a aglutinação de pessoas em torno das manifestações organizadas pelos estudantes desde 1977 (greves, manifestações e dias nacionais de luta) (POERNER, 2004).

No 31º Congresso, em 1979, se decide o novo estatuto³ e as lutas⁴ que a UNE deveria abraçar, enquanto organização (POERNER, 2004). É ainda definido que os estudantes secundaristas não serão representados na UNE, uma vez que buscariam recriar sua organização nacional, a UBES, sendo que a UNE prestaria apoio para esta recriação (SCHMITT, 2011).

Em 1980, no II Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas, em Fortaleza, os estudantes planejam o encontro do ano seguinte, visando a Recriação da UBES. Assim, por falta de disponibilidade de local, foi realizado em uma igreja em Curitiba, no ano de 1981, Congresso de Reconstrução da UBES (SCHMITT, 2011).

No fim dos anos 1980, como coloca Poerner (2004), a UNE se esvazia por divisões internas, o que abre espaço para a maior visibilidade das lutas dos estudantes secundaristas, da chamada “geração-mochila”. A luta se dava pela instituição dos grêmios livres, garantia do direito de trânsito, com a meia passagem dos ônibus, e melhores condições nas escolas (infraestrutura e quantidade de professores). A Lei do Grêmio Livre (Lei nº7.398/1985), de autoria do deputado Aldo Arantes, foi decretada em 1985, e visava a garantia de que os estudantes se organizassem de forma autônoma, sendo que as normas de cada grêmio seria decidido através do voto direto (SCHMITT, 2011).

É durante a década de 1980 que se vê o 3º ciclo trazido por Gohn (2017a), momento de luta pela redemocratização, onde os estudantes se mobilizaram em torno da bandeira pelas eleições diretas, no que ficou conhecido como Diretas Já e, posteriormente, por inclusão de questões concernentes aos estudantes e à juventude na nova Constituição, evidenciando seu caráter político para além dos muros das escolas e universidade, como desde o período colonial o fizeram, como coloca Arthur Poerner (2004).

Novos ou Novíssimos Movimentos Sociais? O papel do movimento estudantil na contemporaneidade e o caso das ocupações em São Paulo

³ Segundo Poerner (2004, p.289), foram estabelecidas “quatro instâncias deliberativas: o Congresso Nacional de Estudantes, o Conselho de Entidades de Base, o Conselho de Entidades Livres (DCEs e UEEs) e a diretoria da UNE.”

⁴ As lutas definidas foram: “pela gratuidade do ensino, por mais verbas para a educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra a devastação da Amazônia, por uma assembléia nacional constituinte “livre, soberana e democrática”, e pela filiação das entidades de base à UNE.” (POERNER, 2004, p.289)

O período identificado como fim do período ditatorial no Brasil e início da redemocratização, com a importância do movimento dos “Caras Pintadas” é tido como o 4º ciclo (Gohn 2017a). Esse período marca o movimento estudantil a partir do ano de 1992 até mais ou menos os anos 2007/2008 quando inicia, nas considerações de Gohn (2017a) o 5º ciclo com importantes movimentos de ocupações de reitorias nas Universidades brasileiras.

Nesse momento vê-se que esses novos movimentos sociais tentavam criar e recriar suas próprias formas de ação, indo além das políticas governamentais tradicionais, assim negando as formas consideradas “clássicas” das ações políticas, ou seja, as dos partidos e sindicatos (GOHN, 2014). Foram então, muito recorrentes as marchas, ocupações e os usos cada vez maiores de mídias sociais e tecnologias (GOHN, 2014).

Scherer-Warren (2014) afirma que os movimentos que surgem ao longo da década de 1990 já tinham maior comprometimento com a descentralização e autonomia, além de uma tolerância pluralística fundada na diversidade e a vontade de uma democracia mais participativa e direta. Esses Novos Movimentos Sociais (NMS) compartilhavam algumas táticas e ideias comuns, mas com as especificidades de cada local, sendo a questão da autonomia e de uma democracia mais participativa um dos elementos mais fundamentais.

A partir de 2007, no Brasil, começava-se a ter diversas ocupações de Universidades em luta por uma melhoria da qualidade do ensino, contra reformas da educação e atos contra corrupção. Nesse ciclo (segundo classificação de Gohn, o 5º), já se encontrava uma maior necessidade de horizontalidade das informações e deliberações, além da ausência de lideranças bem definidas, ou seja, eram contrários à centralização, hierarquização e partidarização dos movimentos estudantis dos ciclos anteriores (GOHN, 2017a).

A noção de “Precariado” (GOHN, 2014), denominação dada aos cidadãos do século XXI, mostra-se importante para compreender o período. Estes cidadãos são os filhos de uma sociedade frágil dentro de uma grande desigualdade social e econômica, com perda de direitos sociais e políticos significantes. De forma mais geral, são os novos proletários, aqueles do setor informal, flexibilizados e sem garantias legais (GOHN, 2014). Mesmo numa sociedade onde o “precariado” é cada vez maior, a democratização das novas tecnologias – principalmente via dispositivos móveis – vem ocorrendo e fazendo com que esses jovens precarizados saibam se

comunicar usando dessas ferramentas como principais articuladoras para ações coletivas. O uso de redes sociais e de celulares são ferramentas do ciberativismo que se incorporaram no perfil de qualquer ativista (GOHN, 2014).

A partir de 2011 pode-se observar por todo o mundo um crescente número de ativistas em diferentes países. Isso é visto em grande parte das insurreições da chamada “Primavera Árabe”, mas também com os indignados da Espanha e o “Occupy Wall Street” nos EUA, quando a questão das ocupações voltou a se tornar central para esses novos movimentos (GOHN, 2014; CASTELLS, 2013). Nesses movimentos sociais, Castells (2013) afirma que a confiança havia se perdido e que sem a confiança nada poderia funcionar, assim, com o uso das redes sociais da Internet – considerando tais como espaços de autonomia – começaram a quebrar (parcialmente) o monopólio dos canais de comunicação e seus alicerces de poder. A partir daí, muitos começaram a se conectar entre si e conceberam diferentes projetos a partir de múltiplas fontes do ser, ou seja, esses indivíduos passaram a formar redes e uma maior união (CASTELLS, 2013). Para o autor essa maior união os ajudou a superar o medo.

Bastante comum entre essa diversidade de movimentos sociais pelo mundo é o fato de que “em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (CASTELLS, 2014, p.9). Ortellado (2014) tratando dos movimentos que eclodiram no Brasil em 2013 coloca que são movimentos que valorizam mais o processo do que o resultado e atuam a partir da horizontalidade, da democracia direta e pela criatividade de suas ações.

Outro fato importante trazido por Castells (2013) é que a constituição dessas redes era operada pelo ato de comunicação, e o fato de ter havido uma mudança no ambiente comunicacional, acabou afetando diretamente as normas de construção de significado e, conseqüentemente, a de produção e relações de poder. Porém, alguns autores como Lincoln Secco (2013), que trata de 2013, não vêm esse uso frequente com total otimismo, pois mesmo com grande parte dos jovens utilizando essas tecnologias, os temas principais são pautados pela mídia tradicional (SECCO, 2013).

Outra ferramenta fundamental desses movimentos e que acabam por se relacionar diretamente com o uso das redes digitais foram as ocupações de espaços públicos. Os principais motivos de se criarem essas ocupações “reais”, segundo Castells (2013), se dá para que possam criar uma comunidade baseada na proximidade, o que se mostra como um importante mecanismo psicológico para superar o medo. Outro fator é o significado simbólico das ocupações em determinados locais, e a possibilidade de se criar um espaço de comunidade livre, de deliberações democráticas e horizontais, criando um espaço híbrido entre esse espaço público e as redes sociais da Internet (CASTELLS, 2014).

No início dos anos 2000, um movimento autônomo no Brasil já vinha se organizando. Esse é o “Passe Livre”, que surgiria como uma forma de luta pelo direito a cidade. O Movimento foi fundado tendo como bases: a autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo além de dominarem as novas técnicas, principalmente tecnológicas (POMAR, 2013). O movimento foi crescendo pelas diferentes capitais do Brasil, mas ganhou enorme visibilidade depois das lutas contra o aumento das passagens no ano de 2013, eclodindo posteriormente as chamadas Jornadas de Junho.

Segundo Gohn (2017b) a partir de 2013, com as Jornadas de Junho, começava no Brasil um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil. Na perspectiva de Gohn (2017b) a democracia acabou se ampliando e abrigando diferentes grupos e movimentos com linguagem, repertórios e performances diversas daquelas observadas nos movimentos ditos clássicos (sindicatos, movimentos por terra, moradia, etc.) e até mesmo dos ditos “Novos Movimentos Sociais” da década de 1980 para frente (identitárias, sexuais ou ambientalistas). O que se teve a partir de 2013 no Brasil, na perspectiva de Gohn (2017b) foi a eclosão dos “Novíssimos Movimentos Sociais”, que se expandiram a partir da demanda por mobilidade urbana e cresceu para todo o país com a entrada de jovens autonomistas em cena.

Para Gohn (2017b) as Jornadas de Junho tiveram protestos que negaram a política partidária, mas que não se definiam como apartidários. Para Ermínia Maricato (2013) existia de fato um predominante número de jovens de classe média nessas manifestações e que vieram por força das redes sociais na Internet. Secco (2013) coloca que segundo dados da Folha de S. Paulo daquela época, 84% dos manifestantes paulistas do dia 17 de junho (dia de maior número de

manifestantes) não tinha preferência partidária, 71% estavam participando da primeira manifestação de suas vidas e 53% tinham menos de 25 anos.

Segundo o próprio movimento Passe Livre (2013), as mobilizações sempre foram bem mais amplas do que o movimento, mas, de qualquer forma afirmam: “A organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular” (PASSE LIVRE, 2013, p. 17). Outra prática concreta de gestão popular seria vivenciada dois anos depois, com as ocupações das escolas em São Paulo.

Em 2015, com inspiração no modelo americano vigente, alguns parceiros do Programa Compromisso São Paulo atuaram conjuntamente com o Governo do Estado de São Paulo para a criação de um projeto de Reorganização das Escolas que previa o fechamento de 92 escolas e a reestruturação de 754 outras (PIOLLI, et. al, 2016). Apesar de uma justificativa pedagógica vinda da Secretaria de Estado da Educação, do qual defendia que escolas menores produziam melhores resultados e de que se via necessidade de uma reorganização por conta da mudança da pirâmide etária do estado, via-se com muita clareza um caráter gerencial no projeto (PIOLLI, et.al, 2016). Sobre a questão da educação pública no Brasil, e principalmente no Estado de São Paulo, podemos ver algumas relações e certa influência do que acontecia com a educação chilena ao longo da década de 1990 (liberalização).

No ano de 2015, iniciava-se uma mobilização a partir da expressão de indignação observada pelas redes sociais, mas também perceptível no cotidiano das escolas estaduais (ORTELLADO, 2016). Essa indignação foi se mostrando compartilhada, nascendo assim um movimento que começaria de forma local mas que logo se expandiria para passeatas nos bairros e posteriormente chegando em regiões centrais, onde conseguiam reunir cada vez um número maior de escolas (ORTELLADO, 2016). Para o filósofo, a vitória dos secundaristas paulistanos – que viria posteriormente ao processo de mobilizações e ocupações – tornou-se a mais importante derrota política do governador Geraldo Alckmin.

Grande parte dos estudantes tomaram conhecimento da “reorganização” pela televisão ou por boatos, demonstrando assim a falta de diálogo entre a Secretaria de Educação e os principais afetados (MEDEIROS, et. al, 2016). Assim, além da imposição de uma política de cima para

baixo, esta foi feita de surpresa e em um curto período de tempo. O governo, no entanto, acreditava que os protestos dos estudantes eram meramente uma “falha de comunicação” e continuavam a defender a reorganização em suas redes sociais oficiais, respondendo às críticas de forma pedagógica, mas os estudantes percebiam que o problema ia muito além desta “falha” (JANUÁRIO, et. al, 2016).

Muitos estudantes enquanto iam descobrindo a reorganização iam se organizando de forma autônoma em suas escolas e grupos de redes sociais com outras escolas fazendo protestos online e em atuações na ruas e em suas instituições escolares (MEDEIROS; et. al., 2016). Segundo Piolli et. al (2016): “O movimento secundarista paulista pode ser definido como um movimento social autônomo porque possui as seguintes características: independência, horizontalidade, autogestão e utilização de táticas de desobediência civil e de ação direta” (p.24). O uso das redes digitais era cada vez mais intenso, colaborando para que outros estudantes e escolas de diferentes regiões tivessem melhores informações. Os estudantes buscaram entrar em contato com a Secretaria da Educação e postavam em diferentes grupos suas dificuldades (MEDEIROS; et. al., 2016).

Foram seis semanas, entre setembro e novembro que os estudantes foram às ruas em quase duas centenas de ocasiões para protestar contra o projeto. Intervenções artísticas, que eram filmadas e colocadas nas redes sociais, também foram aumentando: “(...) nós fizemos muitas coisas antes da ocupação, só que não houve retorno e aí que surgiu a ideia da ocupação (...)” (apud. MEDEIROS; et. al, 2016, p.54). Segundo um estudante que cedeu entrevista para Medeiros et. al. (2016) o primeiro contato com a ideia de ocupar as escolas veio de um grupo do Whatsapp a partir de uma cartilha traduzida pelo movimento “O Mal Educado” que tinha como título “Como ocupar um colégio” e vinha das lutas dos secundaristas chilenos no ano de 2006. Nessa cartilha colocava-se a necessidade de a ocupação estar sob controle somente dos estudantes, sem a participação de partidos políticos ou instituições burocráticas; de organização de diferentes comissões; do uso constante de assembleias para um movimento de fato horizontal; e a recomendação para realização de diferentes atividades nas ocupações durante o dia para trazer diferentes pessoas para o local. Além disso, colocavam que a ocupação seria a última alternativa, depois de esgotada todas as outras formas.

A primeira escola a ser ocupada foi a EE Diadema no dia 09 de novembro durante à noite e na manhã seguinte seria a EE Fernão Dias. A partir daí, muitas outras escolas acabaram sendo influenciadas e em pouco tempo tivemos mais de 200 ocupações por todo o estado. Os estudantes haviam se apoderado das escolas de forma ampla, tanto do espaço físico quanto de seu campo simbólico e político (CORTI; et.al, 2016). O processo de organização tanto dos protestos quanto das ocupações dos secundaristas acabou gerando uma dinâmica de organização coletiva que ia transformando novas relações sociais entre estudantes, professores e direções das escolas (ORTELLADO, 2016).

Além disso, percebemos desde o início do movimento a importância do uso das redes digitais para a ampliação da visibilidade da luta, segundo Romancini e Castilho (2017) dentre as 219 ocupações mapeadas, 23% delas tinham uma página específica no Facebook, sem contar as outras páginas mais gerais compartilhada por diferentes ocupações e estudantes. A grande maioria dessas postagens tratava do cotidiano das ocupações e suas ações ao longo do período, além de relatos pessoais dos estudantes participantes (ROMANCINI; CASTILHO, 2017). Além disso, as escolas utilizavam o Facebook para divulgar suas programações diárias que iam desde aulas, oficinas e debates até exposições de filmes ou vivências (MEDEIROS, et. al, 2016).

Percebeu-se, ao longo desse processo, que a resistência desses estudantes transbordou a contestação do projeto de reorganização do estado, colocando em evidência diversos outros problemas perceptíveis pela experiência dos estudantes nas escolas públicas estaduais (PIOLLI, et. al, 2016). Segundo Ortellado (2016), as novas relações que culminaram a partir das ocupações das escolas estaduais de São Paulo em 2015 deram frutos com um maior número de grêmios horizontais e desvinculados de partidos ou instituições burocráticas; uma mudança nos formatos das aulas e um número cada vez maior de alunos e pais e mães mais empoderados para cobrança e controle nas escolas.

Com o tempo o movimento foi tendo boas relações com seus vizinhos e um crescente número de apoiadores, desde intelectuais e artistas até a população no geral (ORTELLADO, 2016) chegando a afetar de forma concreta a taxa de rejeição do governador Geraldo Alckmin. Com o crescente número das ocupações, com o grande apoio de intelectuais, artistas e, principalmente, da sociedade civil, o governo acabou tendo que recuar. As primeiras informações saíram no dia 04/12 mas somente no dia 05/12 que os estudantes tiveram maior segurança com a

publicação no Diário Oficial do Estado. Boa parte das escolas foram sendo desocupadas mas algumas continuaram até o fim do ano. A luta dos secundaristas conseguiu uma vitória em cima do governo num estado em que este não costumava voltar atrás de suas decisões, e acabaram por influenciar posteriores lutas de secundaristas pelo Brasil. Para Piolli e Mesko (2016) as Jornadas de Junho abriram um ciclo de protestos do qual o levante secundarista é parte. Dentro desse ciclo, no Brasil, Gohn (2017a) identifica esses movimentos como “Novíssimos Movimentos Sociais”. Já Pablo Ortellado (2016), coloca que essa luta dos secundaristas foram herdeiras de junho de 2013 pelo caráter social de sua reivindicação e pelo caráter radicalmente democrático.

Movimentos estudantis “tradicionalis” e “novíssimos” - uma comparação

A comparação entre os movimentos sociais é bastante complicada, dados os diferentes contextos históricos. No entanto, pode-se verificar as mudanças pelas quais passaram os movimentos estudantis, que se iniciam de forma mais pontual, por questões específicas (antes da UNE), passam a se organizar em instituições nacionais com projetos mais voltados para o longo prazo (nas fases 1, 2 e 3), e voltam a se localizar em torno de bandeiras mais pontuais (principalmente a partir da fase 5).

Uma primeira característica que diferencia tais movimentos se dá em torno do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, que não se encontravam disponíveis para os movimentos tradicionais. Com o advento da internet as mobilizações sociais mudaram muito com as diferentes possibilidades de acesso e produção de informação. O caso das ocupações das escolas demonstrou isso com muita intensidade.

Outro ponto fundamental é a diferença na organização interna dos chamados Movimentos Estudantis tradicionais e dos Novíssimos Movimentos Estudantis. No primeiro, pode-se observar uma organização mais hierárquica, decidida com votações diretas para a diretoria, sendo inclusive a prisão dos diretores fator fundamental para a desmobilização de tais movimentos, como coloca (POERNER, 2004). É importante recordar que as organizações estudantis como a UNE e a UBES continuam existindo e atuando frente a questões políticas, econômicas e sociais, e continuam com uma organização a partir de uma diretoria composta por presidentes e diretores.

Outro aspecto do movimento dos secundaristas que ocuparam as escolas em 2015, e que se mostra bastante distinto dos ditos movimentos “tradicionais” se dá na importância mais do processo de lutas – até mesmo do que de eventuais resultados – o foco na horizontalidade das ações e processos decisórios e trazendo muito de uma sociabilidade horizontal – bastante presente no dia a dia das ocupações (ORTELLADO, 2016).

Essa organização não hierarquizada, baseada numa sociabilidade horizontal e autogestionária é algo que pudemos perceber com cada vez mais força a partir de parte das lutas de 2013 no Brasil e também em muitos movimentos como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street ou Indignados da Espanha (CASTELLS, 2013). Os estudantes aceitavam os parceiros de diferentes partidos ou instituições de esquerda, que participaram desde que não tomassem à frente do movimento (MEDEIROS; et. al, 2016). Para evitar a apropriação do movimento por partidos políticos ou instituições estudantis mais burocratizadas, foi criado o Comando das Escolas em Luta (BRITO, 2017).

Nos Movimentos tradicionais muitas das tendências internas, que pautam os debates nos Congressos, são representações veladas ou explícitas, a depender do período, de visões de partidos políticos, como pontuado no caso da força da tendência do PCB na constituição da UBES, sendo evidente a presença de diversos partidos de esquerda e inclusive de direita, no espectro político (SCHMITT, 2011). O aumento da influência dos partidos políticos nos movimentos estudantis pode ser também reflexo da Constituição Federal de 1988, que coloca como nova idade mínima para o voto 16 anos, sendo mais interessante para os partidos adentrarem o movimento secundarista (SCHMITT, 2011).

Por outro lado, os Novíssimos ME procuram se distanciar desta característica, compreendendo que existem também “tendências” vinculadas a partidos políticos, mesmo nas ocupações das escolas em 2015 mas, de forma geral, esses “Novíssimos Movimentos Sociais” tentam se desvincular de partidos políticos e estruturas mais institucionalizadas como é o caso das entidades estudantis (UNE e principalmente a UBES) nas ocupações das escolas.

De forma geral, grande parte dos movimentos dos secundaristas tentava não se vincular a essas estruturas, mesmo que alguns pudessem fazer parte. Não havia necessariamente uma demonização dessas, até aceitavam apoio, mas não as deixavam tomar à frente, pelo menos em

grande parte. Ao longo da história do movimento estudantil brasileira, sempre existiram grupos mais autônomos, porém, com a ocupação das escolas e a grande visibilidade destes em 2015, é a primeira vez que de fato um movimento estudantil – em grande parte autônomo – consegue uma grande vitória. Além disso, os aspectos particulares de horizontalidade, auto-organização e o uso das novas tecnologias para potencialidades da luta também fazem desse movimento uma grande diferença das grandes estruturas e organizações verticalizadas de partidos políticos ou entidades estudantis.

Considerações Finais

Não é tarefa simples fazer comparações de movimentos sociais em diferentes contextos históricos. É preciso considerar diversos fatores, buscando se focar em algumas das características mesmo sabendo das limitações de tal tarefa. Este artigo procurou observar os principais ciclos do movimento estudantil nacional, a partir da perspectiva de Gohn (2017a), buscando se focar em grandes disparidades entre os movimentos ditos “tradicionais” e os novíssimos movimentos estudantis – principalmente com as ocupações de escolas em 2015.

Buscou-se observar os principais acontecimentos e batalhas estudantis ao longo da história recente do Brasil, podendo ver como movimento estudantil “tradicional” mais ou menos do primeiro ciclo até o terceiro com os movimentos estudantis ainda muito focados em partidos políticos e suas instituições no momento da redemocratização do país e grandes movimentos como os Caras Pintadas. Depois disso, até meados dos anos 2000 que o movimento estudantil voltou a aparecer com ocupações de reitorias em Universidades, trazendo já uma noção menos hierarquizada. Porém, o movimento secundarista vinha sendo bastante minimizado nesse período.

Com as ocupações de 2015 no estado de São Paulo, e posteriormente em outros estados do Brasil, o movimento estudantil voltou a ter visibilidade, sendo esse o movimento dos secundaristas de escolas estaduais. Assim, a comparação se deu em dois grandes momentos históricos brasileiros onde o movimento estudantil ganhou destaque, observando suas diferenças. No caso os Novíssimos Movimentos Estudantis menos focados em partidos políticos e instituições mais burocratizadas, com foco em luta direta, horizontalidade de ações, ocupações de espaços públicos e o uso intenso das Novas Tecnologias.

Referências Bibliográficas

BERLINCK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papirus, 1984. 120 p.

BRITO, Luciana. Junho de 2013, Novembro de 2015: As escolas de luta da juventude do proletariado marginal. In: **Anais do X Seminário do Trabalho**, Marília, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar., 2013.

CORTI, Ana Paula de O.; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e Resistir”: A insurreição dos estudantes paulistas. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, V.37, n.137, p.1159-1176, out/dez, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017a.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, V.16, N. 47, Mai/Ago, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias Dos Movimentos Sociais**. Edições Loyola, São Paulo, 5ª Ed., 2014.

GOHN, Maria da Glória. Protestos Nas Ruas de São Paulo: de Junho de 2013 ao Pós-Impeachment de 2016 – Correntes e contracorrente. In: **Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, GT-34, Out, 2017.

JANUÁRIO, Adriano; M. CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; M. RIBEIRO, Márcio. As Ocupações das Escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. In: **Revista Fevereiro**, São Paulo, Ed. 9, Abril/2016.

LEMONS, André. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Editora Sulina, 4ª Ed., 2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e educação popular**: experiências de alfabetização no Brasil com o Método Paulo Freire - 1960/1964. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981. 156 p. .

M.CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; M.RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta**. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 1ªEd, 2016.

MARICATO, Ermínia. É a Questão Urbana, Estúpido! In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1ªEd, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não Começou em Salvador, Não Vai Terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1ªEd, 2013.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **20 Centavos: A Luta Contra o Aumento**. Editora Veneta, São Paulo, 1ª Ed., 2013.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio – A primeira flor de julho. In: M.CAMPOS; MEDEIROS; M.RIBEIRO. *Escolas de Luta*. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 1ªEd., 2016.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de S. R. A Proposta de Reorganização Escolar do Governo Paulista e o Movimento Estudantil Secundarista. In: **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n.1, p.21-35, Jan/Jun, 2016.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. 324 p.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **20 Centavos: A Luta Contra o Aumento**. Editora Veneta, São Paulo, 1ª Ed., 2013.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1ªEd, 2013.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como Ocupar Uma Escola? Pesquisa na Internet!?”: Política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. In: **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.40, n.2, p.93-110, maio/ago, 2017.

SANFELICE, José Luís. A UNE na Resistência ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar. **Revista Simbio-Logias** v. 8, n. 11, p. 127–143 , 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. Edições Loyola, São Paulo, 6ª Ed., 2014.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 1985)**. Dissertação (Mestrado), 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/930>>. Acesso em: 14 maio 2018.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1ªEd, 2013.